

O último iluminista europeu?

António Marques (IFILNOVA, Universidade NOVA de Lisboa)

As capacidades sociocognitivas de que dispõem todos os sujeitos dotados de linguagem vão no sentido de que os conflitos morais podem, por princípio, ser resolvidos por meio de boas razões.

J. Habermas, 2019

Numa curta homenagem ao filósofo e à obra talvez o que tenha mais sentido seja reflectir sobre a forma como o seu legado de intervenção filosófica e cívica pode iluminar os problemas que hoje assolam as sociedades democráticas, em particular as europeias. A sua ideia central, foco do seu sistema filosófico, consiste na formulação de uma *teoria da acção comunicativa*, na qual defende que o ser humano é dotado da condição básica de interagir linguística e simbolicamente e que tal interacção é, por essência, racional e visa o entendimento mútuo. Dessa ideia central, usada como instrumento hermenêutico nas mais diversas discussões públicas, retirará Habermas a aura de um dos últimos herdeiros da tradição iluminista europeia. Muitos acham que essa talvez seja uma convicção demasiado simples ou ingénua e que as sociedades actuais criaram um tecido de mediações de tal modo opaco e disruptivo que torna obsoleta qualquer reflexão racional pública, como aquela que é formulada por Habermas. Há que pensar, no entanto, que a discussão pública nos termos em que o filósofo a propõe decorre sempre em torno de temas específicos e constrangedores das nossas vivências éticas e políticas. Um exemplo, entre muitos outros: no conhecido debate de historiadores (*Historikerstreit*, 1986) sobre a memória colectiva dos alemães e a relativização do nazismo, Habermas confrontou aqueles que, como o historiador Ernst Nolte, defenderam que o advento de Hitler era uma reacção de medo do terror estalinista. A seu ver, pelo contrário, esse tipo de relativização era absolutamente nefasto, de tal forma que o nazismo e o holocausto devem ser considerados fenómenos únicos e irredimíveis. Este é apenas um exemplo dessa exigência de confronto público, afinal uma exigência eminentemente ética e a que podíamos juntar as suas intervenções sobre a clonagem, as guerras no golfo pérsico ou no Kosovo.

Desde o seu primeiro livro, *Erkenntnis und Interesse*, 1968 (*Conhecimento e Interesse*), resultado da sua lição inaugural na tomada de posse da cadeira de Filosofia e Sociologia na Universidade Goethe de Frankfurt, antes detida por Horkheimer, passando pela sua *Theorie des kommunikativen Handelns*, 1981, considerada obra de estabilidade conceptual, até à monumental e recentíssima *Auch eine Geschichte der Philosophie*, 2 vols., 2019 (*Uma Outra História da Filosofia*, traduzida pela mão extremamente competente de José Lamago), é difícil traçar uma linha clara da evolução de uma filosofia que faz da análise crítica a sistematização de uma teoria e faz desta um uso eminentemente crítico. De qualquer modo a sua filiação no legado de Kant e Hegel é um fio que liga partes mais dispersas da obra e a enraízam na tradição racionalista europeia.

Quando reflecte sobre o estatuto e destino da Europa, refuta aqueles que insistem na impossibilidade de uma união europeia, seja pela invocação de uma soberania intocável das nações, seja com o argumento de que afinal não existe um *demos* europeu. Mas aquilo que propõe não é simplesmente a impossível união da Europa segundo o modelo federativo dos Estados Unidos. As considerações desenvolvidas nos últimos anos sobre a criação de uma consciência de unidade em torno de uma constituição assente nos princípios fundamentais de direitos humanos universais são a sua proposta contra o cepticismo radical e ameaçador das nossas democracias, que se vai instalando entre nós.